

Entrevista

Raquel Martins Texto
Nuno Ferreira Santos Fotografia

Um dos protagonistas da concertação social admite que, sobre a reforma laboral desenhada pelo Governo, “o modo como foi conduzido [o processo] não foi o melhor”. Mas “ainda estamos a tempo de corrigir e estamos nessa expectativa”, reconhece João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Como vê a forma como o Governo de Luís Montenegro tem conduzido o processo de revisão da lei laboral, que culminou numa greve geral?

No acordo de concertação social [Acordo Tripartido de Valorização Salarial e Crescimento, assinado em 2024], um dos pontos a desenvolver era a revisão da legislação laboral. A nossa expectativa era tentarmos corrigir alguns pontos da Agenda do Trabalho Digno que não tinham sido consensuais na concertação social. O Governo optou por apresentar uma alteração profunda ao Código de Trabalho, situação que, em geral, foi bem aceite pelos nossos associados.

Simultaneamente, o Governo pretendia fazer um acordo de concertação social, o que a nossa opinião tem sentido, porque a própria história demonstrou que, quando essas alterações são feitas com base em acordos de concertação, não só duram mais tempo, como passam mais facilmente na Assembleia da República (AR).

Portanto, a forma como a ministra do Trabalho estava a conduzir o processo era com o objectivo de ter um acordo?

O Governo apresentou-nos um projecto maximalista, comparado com as nossas expectativas. Agora, para fazer um acordo é preciso prever um enquadramento negocial e político, tendo em conta as implicações desta área da legislação. E, sob esse ponto de vista, o Governo não tinha uma proposta estudada de forma adequada.

O que quer dizer com isso?

Não houve um trabalho de conciliação, ou de tentar encontrar pontos de compromisso, feito informalmente e ao nível de grupos de trabalho. O Governo acabou por apresentar propostas de contrapartidas demasiado tarde, numa altura em que a UGT já tinha dado sinais efectivos de aderir à greve geral proposta pela CGTP. A partir daí, não havia grande espaço de negociação.

O processo tem de voltar à Comissão Permanente de

Concertação Social, como disse a UGT?

O Governo marcou uma reunião para 14 de Janeiro. Continuamos a defender, e a CCP fez propostas nesse sentido na reunião de Setembro, que se devia organizar uma lista de temas e que se deviam formar grupos de trabalho informais, coisa que o Governo aceitou - inclusive elencou os temas -, mas não se fez esse trabalho. Para nós, enquanto confederação empresarial, teria sido muito mais simples estarmos quietos. Se tivéssemos ficado quietos, passaria o que passaria e de uma maneira geral estávamos de acordo. No entanto, temos responsabilidade e consideramos que os acordos de concertação social são úteis, contribuem para a paz social e para os equilíbrios. Aliás, nós participámos no acordo que se fez durante a *troika* que até teve impacto internacional.

Como é que se explica que se tenha conseguido um acordo nessa altura e neste momento pareça tão difícil?

A metodologia que se utilizou na altura foi mais operacional. Em português corrente, serrámos muito presunto em privado e em pequenos grupos de trabalho e, quando se partiu para o acordo, já havia uma visão dos pontos onde era possível fazer compromisso. Se da parte do Governo houver interesse num acordo, teremos de fazer este percurso.

Isso não aconteceu agora porquê?

O primeiro-ministro e, depois da greve geral, a senhora ministra do Trabalho reuniram-se com a UGT e, antes, a ministra já tinha apresentado à UGT um conjunto de propostas que só nos apresentou posteriormente e que desconhecíamos. Para nós é claro que tudo isso tem de ser discutido com as confederações empresariais. A CCP não delegou no Governo a negociação de compromissos com os sindicatos.

Mas alguém delegou?

Não sei. A CCP não delegou. Qualquer concessão que o Governo faça aos sindicatos também tem de ser negociada connosco, porque ele não representa a CCP nessa negociação. Isso tem de ficar claro. Aliás, já dei o exemplo ao Governo dos três dias de férias suplementares.

Está a falar dos três dias de férias ligados à assiduidade previstos no novo documento que o Governo apresentou à UGT?

Sim. Em 2003, a CCP não subscreveu o Código de Trabalho por causa disso, porque consideramos que não tem sentido dar férias como prémio da assiduidade. A assiduidade é a



“O Governo não representa a CCP na negociação com os sindicatos”

João Vieira Lopes Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) diz que a subida do salário mínimo para 1600 euros é “uma medida completamente sem sentido”

contrapartida do salário que as pessoas recebem. As empresas podem e devem dar prémios e até podem dar prémios em férias, agora a assiduidade é a contrapartida do ordenado. Além disso, temos sectores que são bastante sensíveis a isso. Não é claro que da parte da CCP haja abertura para assinar qualquer acordo que volte a introduzir esses três dias de férias. É evidente que não dizemos à partida que não, porque consideramos que um compromisso tem de ser visto em bloco, agora o Governo, quando apresenta essa proposta, não está a representar a CCP, nem o acordo da CCP.

Estamos dispostos a recomendar a negociação, porque achamos que seria útil e importante para o país. Mas se calhar temos de voltar à proposta inicial dos grupos de trabalho.

Este Governo desvalorizou a concertação?

Eu não ponho isso assim. O que digo é que o modo como foi conduzido [o processo] não foi o melhor, ainda estamos a tempo de corrigir e estamos nessa expectativa. Porque só contactos bilaterais para nós não servem, as reuniões e os grupos de trabalho informais que envolvem as partes são muito importantes. Por exemplo, já sabemos à partida que a CGTP dificilmente assina acordos deste tipo, mas é uma sensibilidade do movimento sindical a ter em conta.

A prova de que da parte do Governo não houve uma maturação política suficiente sobre estes temas - independentemente da qualidade técnica do documento, mas, de facto, a vida é mais complexa do que a qualidade técnica - foram as infelizes declarações do senhor primeiro-ministro nos dias anteriores à greve geral, prometendo mundos e fundos desproporcionados em relação à realidade da economia portuguesa.

Disse há pouco que não estavam à espera de uma alteração desta amplitude. Não sendo necessária uma revisão da lei laboral com este alcance, que aspectos é preciso alterar?

Eu não digo que não seja necessário, o que digo é que preferíamos ter ido por fases - mas foi apresentado, está apresentado. As nossas prioridades eram a eliminação de alguns pontos, como o banco de horas individual, o limite ao *outsourcing*, a questão dos contratos de muito curta duração ou das plataformas, além do conceito de dependência económica. Pensamos que em grupos de trabalho é possível ver quais são os pontos onde é possível fazer compromisso para se fazer um acordo. E acho que seria útil fazer um acordo, tendo em conta

que o Governo não tem maioria parlamentar, tendo em conta o perfil do Parlamento actual, pensamos que corremos sérios riscos de seguir um documento que não seja completamente coerente.

O Governo só poderá contar com o Chega. Tem ideia do pensamento deste partido sobre as questões laborais?

Para nós é uma incógnita.

O que acha que vai acontecer agora?

Acho que temos condições para retomar as negociações. Agora, como digo, a metodologia tem de ser alterada.

Uma das propostas em cima da mesa é o aumento da duração dos contratos a termo e dos motivos que permitem admitir pessoas neste regime. Num contexto em que muitas empresas se debatem com falta de mão-de-obra e com dificuldades em reter trabalhadores, faz sentido?

Em relação às alterações que o Governo fez na contratação a termo, as empresas não levantaram qualquer problema. Esse ponto não estava na nossa agenda, o Governo apresentou, nós estamos de acordo, mas são áreas em que se pode fazer compromissos.

Na área dos despedimentos também?

Nós não entramos naquela história das linhas verdes e vermelhas. Sempre dissemos ao Governo que, tendo em conta o perfil da sua proposta, ela também teria de considerar, se se queria fazer um acordo, pontos que os sindicatos subscrevessem.

A maioria das propostas é favorável às empresas?

Não colocaria a questão dessa maneira. Os sindicatos interpretam à sua maneira, nós à nossa.

Mas se a proposta do Governo passasse tal e qual, nada do que está ali prejudica as empresas...

Nós sabemos isso desde o princípio. Por isso é que, se nós não tivéssemos uma responsabilidade política, económica e social que nos leve a procurar que estas discussões sejam feitas de uma forma equilibrada e se não reconhecêssemos as vantagens de um acordo na concertação social, se não fosse isso, nós estaríamos quietos à espera de ver o que é que passava [no Parlamento]. No entanto, somos intervenientes activos, temos história, temos experiência acumulada e estamos dispostos a não ser maximalistas e a fazer concessões, mas também precisamos de ter uma ideia dos pontos em que os sindicatos pretendem fazer compromisso. Estamos abertos a tentar encontrar uma solução, agora isto são três



A prova de que da parte do Governo não houve uma maturação política suficiente sobre estes temas (...) foram as infelizes declarações do senhor primeiro-ministro nos dias anteriores à greve geral

Estamos dispostos a recomendar a negociação, porque seria útil e importante para o país

partes, precisamos perceber quais são os pontos em que o Governo também está disposto a fazer compromissos e depois temos de olhar para o conjunto dos compromissos e ver se é aceitável para os nossos associados. Temos de lhes explicar que prescindimos de uma ou outra posição da proposta do Governo, apesar de nos interessar, em troca de um acordo de concertação social com as vantagens que isso tem para a economia e para a sociedade.

Numa negociação a três, quando duas partes estão confortáveis com o que está em cima da mesa, torna-se muito mais difícil.

Pois. O Governo apresentou uma plataforma completa, porque

normalmente as plataformas têm de ser negociadas pontualmente até se chegar aos pontos onde se vê qual é o compromisso e só se termina com esses pontos de compromisso. Mas a história nunca se repete exactamente, não é? Nós, pragmaticamente, face a esta situação, achamos que temos de nos esforçar para tentar encontrar um acordo. Se não encontrarmos, cada um assume as suas responsabilidades.

Por que razão querem mudar o conceito de dependência económica?

Achamos que deve ser mais equilibrado, caminharíamos para um valor intermédio entre os 50% e os 80%.

Na proposta enviada à UGT, o Governo também introduz a possibilidade de acumular reforma antecipada com salário na mesma empresa. Faz sentido pôr a Segurança Social a pagar encargos que deviam estar na esfera das empresas?

Há muitos anos que nos preocupamos com a sustentabilidade da Segurança Social, mas também estamos preocupados com a necessidade de criar situações intermédias. A reforma antecipada ajuda ao rejuvenescimento dos quadros das empresas.

Mas deve ser a Segurança Social a financiar esse rejuvenescimento?

Depende dos níveis de equilíbrio. Tem algum sentido, pode-se definir limites. Nós não tínhamos colocado a questão, mas acho que tem sentido começarmos a trabalhar em propostas nesta área. Como o nível de salários em Portugal continua a evoluir mal, este tipo de incentivos pode ser necessário para ajudar ao rejuvenescimento de algumas empresas.

A medida deve ser modulada? Sim.

Há propostas da CCP que estão no documento inicial?

Há propostas que vão ao encontro daquilo que a CCP defende.

Por que razão não foi feita a revisão do acordo de rendimentos?

O acordo de rendimentos, teoricamente, devia ser renovado... Acho que a introdução desta discussão [da lei laboral] tirou espaço para voltar a discutir o acordo, mas temos de voltar a ele, até porque está prevista, além deste aspecto, a discussão de aspectos e benefícios fiscais.

O Governo está mais interessado em fazer alterações na legislação laboral e não tanto em olhar para esses aspectos?

Nós consideramos que a legislação do trabalho é importante no quadro da produtividade. Mas, para o crescimento da economia e para a melhoria média dos salários, os elementos mais importantes são as medidas de incentivo ao investimento e à capitalização, a fiscalidade, os custos de contexto das empresas, etc. Da parte do Governo, penso que haverá a ideia de que este é o aspecto essencial para a melhoria das condições. O Governo hipervalorizou isto, é uma opção política.

Nas vésperas da greve, o primeiro-ministro falou no aumento do salário mínimo para 1600 euros, sem qualquer horizonte temporal. É exequível?

Isso surgiu num contexto de pressões sobre a UGT para não aderir à greve fiscal. Parece-nos que é uma medida completamente sem sentido. Todos nós estamos de acordo que deve subir, o problema é o *timing* e as medidas que se tomam para isso. É evidente que não são estas alterações à legislação laboral que vão ser essenciais para aí chegar.

As empresas e os sectores do universo da CCP têm recorrido à “via verde” para a imigração? Que balanço faz?

O número de casos é relativamente pequeno. Tem sido principalmente na indústria automóvel, nalgumas empresas da área dos recursos humanos também tem corrido bem, mas são poucos casos. Não tenho aqui o número de cabeça, mas não chega a uma centena.

Os outros sectores vão ao mercado?

Houve uma parte do sector dos transportes que teve grande necessidade de motoristas, mas houve medidas. Na restauração, no comércio de proximidade, o recrutamento é feito à vista. Não vale a pena ter ilusões, ninguém vai mandar para um consulado um pedido de recrutamento de uma cabeleireira. Vão continuar a ser pessoas que entram com passaporte de turista e que depois se tentam legalizar.

